



SIDNEY BITTENCOURT

Prefácio

Sergio de Andréa Ferreira

Apresentação

Ivan Barbosa Rigolin

NOVA LEI DE LICITAÇÕES Passo a Passo

(Comentando, artigo por artigo, a NOVA Lei de Licitações e Contratos Administrativos, Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021)

2ª edição revista, ampliada e atualizada

A Lei nº 14.133, de 01.04.2021, trouxe uma série de inovações que, sem o prévio e minucioso estudo, causarão grandes dificuldades a todos aqueles que, na Administração Pública, atuam na área de licitações e contratos.

Salienta-se, por oportuno, que a referida Lei foi editada para substituir a Lei nº 8.666/1993 (antiga Lei de Licitações e Contratos Administrativos); a Lei nº 10.520/2002 (Lei do Pregão), bem como as disposições relativas ao Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC) – artigos 1º a 47-A da Lei nº 12.462/2011 –, dentre outras e complexas medidas, ficando, entretanto, ao alvedrio da Autoridade Administrativa Pública, ainda aplicá-las, opcionalmente, pelo prazo máximo de 2 (dois) anos.

Esta obra, trazida a público no momento certo, é mais uma valiosa contribuição com a qual o Prof. Sidney Bittencourt vem presentear os estudiosos das licitações e dos contratos administrativos.

Extremamente dedicado às mutações pelas quais tem passado a legislação, o Prof. Sidney acompanha dia a dia essas mudanças e, com o firme intuito de melhor esclarecer aos que se utilizam dessa matéria do Direito Administrativo, resolveu transmitir os seus vastíssimos conhecimentos e enorme experiência, brindando-nos com esta magnífica obra, em que faz uma criteriosa apreciação, passo a passo (artigo por artigo), da Lei nº 14.133/2021 e de sua complexidade, comentando com correção doutrinária e objetividade prática, sempre com o olho no aplicador da lei, que precisará de seus esclarecimentos.

Por essa razão, não tenho receio em afirmar que é muito oportuna a obra agora dada a público pelo referido mestre que, por décadas, atua na área e estuda o assunto de forma zelosa e detalhada, assessorando autoridades públicas e empresas de grande porte, ministrando, ativa e brilhantemente, cursos, palestras e seminários sobre o tema.

Francisco Rezende Filho
Advogado da União

Área específica

DIREITO ADMINISTRATIVO

Áreas afins

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, COMPRAS PÚBLICAS,
CONTRATOS ADMINISTRATIVOS, VENDAS
PARA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, FINANÇAS
PÚBLICAS, OBRAS PÚBLICAS, SERVIÇOS
PÚBLICOS, INTENDÊNCIA, AUDITORIA E
CONTROLADORIA

FORMATO: 17 x 24 cm

CÓDIGO: 10003442

B624n Bittencourt, Sidney

Nova Lei de Licitações passo a passo: comentando artigo por artigo a nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos, Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 / Sidney Bittencourt. 2. ed. – Belo Horizonte : Fórum, 2023.

1044p.; 17x24cm

ISBN: 978-65-5518-468-6

1. Direito Administrativo. 2. Administração Pública. 3. Compras Públicas. 4. Contratos Administrativos. I. Título.

CDD 341.3

CDU 342.9

Elaborado por Daniela Lopes Duarte - CRB-6/3500

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

BITTENCOURT, Sidney. Nova Lei de Licitações passo a passo: comentando artigo por artigo a nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos, Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021. 2. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2023. 1044 p. ISBN 978-65-5518-468-6.

SIDNEY BITTENCOURT

Mestre em Direito pela Universidade Gama Filho (UGF). Pós-graduado em Gestão de Negócios no contexto da União Europeia pelo Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE) – Portugal. Consultor, parecerista e conferencista consagrado. Professor de Direito Administrativo. Autor de inúmeras obras jurídicas, além de articulista, com artigos, ensaios, pareceres e estudos publicados nos principais veículos de divulgação jurídica. Ex-Assessor-Chefe da Assessoria Jurídica de Licitações, Contratos e Atos Administrativos da Diretoria de Administração da Marinha, órgão normatizador da matéria na Marinha do Brasil, onde atuou por 30 anos. Faz parte do Conselho Editorial da *Revista Síntese Direito Administrativo* e da *Revista Síntese Licitações, Contratos e Condições*. É colaborador efetivo dos seguintes periódicos jurídicos: *Fórum de Contratação e Gestão Pública (FCGP)*; *Boletim Direito Administrativo, Contabilidade e Administração Pública (DCAP)*; *Informativo de Licitações e Contratos (ILC)*; *Revista de Compras Públicas (Capacitar)*; *Revista Diálogo Jurídico*; *Revista Governet – Revista do Administrador Público*; revista *O Pregoeiro*; revista *Negócios Jurídicos*; *Boletim de Licitações e Contratos (BLC)*; *Revista IOB de Direito Administrativo*; *Boletim Jurídico Adcoas*; *Revista Lex de Direito*; *Soluções em Licitações e Contratos*, entre outros; e colaborador emérito do *Boletim Mensal de Divulgação de Doutrina e de Jurisprudência sobre Direito Público*, do Instituto Nacional de Aperfeiçoamento Profissional (INAP).

No magistério, destaca-se na importante tarefa de apresentar seminários e cursos de aperfeiçoamento e especialização em diversas instituições de ensino, tais como Fundação Getúlio Vargas (FGV-RJ); Universidade Gama Filho (UGF); Universidade Cândido Mendes (UCAM); Faculdade da Cidade; Instituto Superior de Aperfeiçoamento Profissional (IESAP); Faculdade Béthencourt da Silva (FABES); Centro de Orientação, Atualização e Desenvolvimento Profissional (COAD); Lex Cursos Jurídicos; Centro de Aperfeiçoamento Profissional (CEAP); Materko Seminários; FUMTEX Treinamentos; Centro de Instrução Almirante Newton Braga de Faria (CIANB), entre outras, além de inúmeros cursos *in company*.

Autor de mais de uma centena de artigos e com o maior número de livros editados sobre licitações e contratos do mercado jurídico brasileiro, o que motivou o Professor Ivan Barbosa Rigolin a asseverar ser ele “o mais prolífico e profícuo autor de obras sobre assuntos que envolvem licitações e contratos”.

É considerado um dos maiores especialistas em licitações e contratos do País.

Site: www.sidneybittencourt.com.br

Facebook: www.facebook.com/profsidneybittencourt

PREFÁCIO	
Sergio de Andréa Ferreira	53
NOTA DO AUTOR À 2ª EDIÇÃO	57
NOTA DO AUTOR	59
APRESENTAÇÃO	
Ivan Barbosa Rigolin	63

Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021
Lei de Licitações e Contratos Administrativos
(DOU de 1º.4.2021 – Edição extra-F)

<i>Ementa</i>	
1 Competência legislativa	65
2 O termo “licitação”	68
2.1 Evolução histórica da licitação	69
3 Os contratos celebrados pela Administração Pública.....	70
3.1 O contrato.....	70
3.2 Contratos da Administração	71
3.2.1 Subdivisão dos Contratos da Administração.....	71
3.2.1.1 Contratos privados celebrados pela Administração Pública	72
3.2.1.2 Contratos Administrativos	72
3.2.1.3 Os contratos na Nova Lei nº 14.133/2021	72
4 Histórico da Lei nº 14.133/2021 – Nova Lei de Licitações.....	73
Artigo 1º	
1 Natureza jurídica da licitação e do contrato administrativo.....	75
2 As normas gerais	75
3 A licitação e o contrato administrativo.....	76
<i>Inciso I</i>	
4 Regras extensíveis aos três Poderes	77
<i>Inciso II</i>	
5 Os fundos especiais.....	77
<i>Parágrafo 1º</i>	
6 Não subordinação ao regime da Nova Lei	78
6.1 As empresas públicas que exploram atividades econômicas.....	78
6.2 Os consórcios públicos.....	81
6.3 As Organizações Sociais (OS), as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPI) e os Serviços Sociais Autônomos (SSA) – O Terceiro Setor.....	81
<i>Parágrafo 2º</i>	
7 Contratações realizadas por órgãos públicos sediados no exterior.....	82
<i>Parágrafo 3º</i>	
8 Licitações e contratações que envolvam recursos de empréstimo ou doação oriundos de agência oficial ou de organismo financeiro	87
8.1 A questão da aprovação jurídica de contratos dessa natureza	89
<i>Parágrafo 4º</i>	
9 Aprovação do Senado Federal dos contratos de empréstimos	89
<i>Parágrafo 5º</i>	
10 Contratações relativas à gestão das reservas internacionais do País	90
Artigo 2º	
1 O elenco de negócios jurídicos	91
<i>Inciso I</i>	
1.1 A alienação e a concessão de direito real de uso de bens.....	91
1.1.1 A alienação de bens da Administração Pública.....	92

1.1.2	A concessão de direito real de uso de bens	92
	<i>Inciso II</i>	
1.2	A compra.....	92
	<i>Inciso III</i>	
1.3	A locação	92
	<i>Inciso IV</i>	
1.4	As concessões e permissões de uso de bens públicos	93
1.4.1	Contrato de concessão de uso de bem público.....	93
1.4.2	Permissão de uso de bem público.....	93
1.4.3	Outra forma de concessão: a Parceria Público-Privada (PPP).....	94
	<i>Inciso V</i>	
1.5	Os serviços	95
	<i>Inciso VI</i>	
1.6	As obras e serviços de arquitetura e engenharia	95
	<i>Inciso VII</i>	
1.7	Contratações de tecnologia da informação e de comunicação.....	95
2	A licitação de serviços de publicidade.....	97
	Artigo 3º	
1	Contratos não subordinados à lei.....	99
	Artigo 4º	
1	Aplicação de disposições do Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte	101
1.1	Sistemáticas licitatórias diferenciadas para ME/EPP nas licitações	105
	<i>Parágrafo 1º</i>	
2	Não aplicação dos benefícios dos arts. 42 a 49 da LC nº 123/2006.....	106
	<i>Parágrafo 2º</i>	
3	Limitação dos benefícios às microempresas e às empresas de pequeno porte	108
	<i>Parágrafo 3º</i>	
4	Contratações com prazo de vigência superior a um ano.....	108
	Artigo 5º	
1	Dos princípios.....	109
1.1	O elenco de princípios licitatórios.....	109
1.1.1	Princípio da Legalidade	110
1.1.2	Princípio da Impessoalidade	111
1.1.3	Princípio da Moralidade	111
1.1.4	Princípio da Publicidade.....	111
1.1.5	Princípio da Eficiência.....	112
1.1.6	Princípio do Interesse Público.....	112
1.1.7	Princípio da Probidade Administrativa	113
1.1.8	Princípio da Igualdade.....	113
1.1.9	Princípio do Planejamento.....	114
1.1.10	Princípio da Transparência.....	116
1.1.11	Princípio da Eficácia.....	116
1.1.12	Princípio da Segregação de Funções.....	117
1.1.13	Princípio da Motivação	117
1.1.14	Princípio da Vinculação ao Edital.....	118
1.1.15	Princípio do Julgamento Objetivo.....	118
1.1.16	Princípio do Segurança Jurídica.....	118
1.1.17	Princípio da Razoabilidade.....	119
1.1.18	Princípio da Competitividade	119
1.1.19	Princípio da Proporcionalidade	120
1.1.20	Princípio da Celeridade	120
1.1.21	Princípio da Economicidade.....	120
1.1.22	Princípio do Desenvolvimento Nacional Sustentável	120
1.1.22.1	O desenvolvimento sustentável	121
1.1.22.2	As licitações sustentáveis.....	122
2	As disposições do Decreto-Lei nº 4.657/1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro)	124
	Artigo 6º	
1	Definições para os fins da Lei.....	137

1.1	Administração Pública e Administração (Incs. III e IV).....	137
1.2	Contratado e licitante (Incs. VIII e IX)	137
1.3	Compra (Inc. X).....	139
1.4	Serviço e Obra (Incs. XI e XII).....	139
1.5	Estudo Técnico Preliminar (Inc. XX).....	140
1.6	Obras, serviços e fornecimentos de grande vulto (Inc. XXII)	140
1.7	Termo de Referência (Inc. XXIII)	141
1.8	Anteprojeto (Inc. XXIV)	144
1.9	Projeto básico (Inc. XXV)	144
1.10	Projeto executivo (Inc. XXVI)	146
1.11	Matriz de risco (Inc. XXVII).....	146
1.12	Empreitada e Tarefa (Incs. XXVIII, XXIX, XXX e XXXI)	148
1.12.1	Empreitadas por preço unitário e por preço global.....	150
1.12.2	Empreitada integral.....	150
1.12.3	Tarefa.....	151
1.13	Modalidades de licitação (Incs. XXXVIII, XXXIX, XL, XLI e XLII)	151
1.14	Comissão de contratação (Inc. L).....	153
1.15	Seguro-garantia (Inc. LIV).....	153
1.16	Produtos para pesquisa e desenvolvimento (Inc. LV).....	154
1.17	Agente de contratação (Inc. LX)	155
Artigo 7º		
1	Designação de agentes públicos para o desempenho de funções	156
1.1	Preferência a servidor efetivo ou empregado público dos quadros permanentes da Administração	157
1.2	Ter atribuições relacionadas a licitações e contratos ou possuir formação compatível..	158
1.3	Não ter vínculos com licitantes ou contratados habituais	159
<i>Parágrafos 1º e 2º</i>		
2	Atendimento ao Princípio da Segregação de Funções.....	159
Artigo 8º e Parágrafo 1º		
1	Condução da licitação	161
1.1	Condução da licitação por militares	163
<i>Parágrafo 2º</i>		
1.2	Substituição do agente de contratação por uma comissão de contratação	164
<i>Parágrafo 3º</i>		
1.3	Apoio dos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno	164
<i>Parágrafo 4º</i>		
1.4	Contratação de assessoria de empresa ou profissional especializado	165
<i>Parágrafo 5º</i>		
1.5	Designação do agente como pregoeiro	165
Artigo 9º e Inciso I		
1	Vedação a cláusulas discriminatórias.....	166
<i>Inciso II</i>		
1.1	Vedação a tratamento diferenciado entre empresas brasileiras e estrangeiras	168
<i>Inciso III</i>		
1.2	Vedação à resistência e retardamento injustificados ao andamento dos processos licitatórios.....	170
<i>Parágrafo 1º</i>		
2	Vedação à participação de agente público	170
<i>Parágrafo 2º</i>		
3	Extensão das vedações a terceiros.....	171
Artigo 10 e parágrafos 1º e 2º		
1	Representação judicial ou extrajudicial.....	172
Artigo 11		
1	Objetivos da licitação	173
<i>Inciso I</i>		
1.1	Garantia da seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública	174
<i>Inciso II</i>		
1.2	Assegurar tratamento isonômico entre os licitantes e a justa competição	175

1.2.1	Garantir tratamento isonômico entre os licitantes	175
1.2.2	Manter a justa competição	175
<i>Inciso III</i>		
1.3	Impedir contratações com sobrepreço ou com preços manifestamente inexequíveis e superfaturamento na execução dos contratos	176
1.3.1	Sobrepreço e superfaturamento	176
1.3.2	Afastar contratações com preços manifestamente inexequíveis	178
1.4	Incentivar a inovação e o desenvolvimento nacional sustentável	179
1.4.1	Estimular a inovação	179
1.4.2	Promover o desenvolvimento nacional sustentável	180
<i>Parágrafo único</i>		
2	Governança nas contratações públicas	182
Artigo 12		
1	Informações do processo licitatório	184
<i>Inciso I</i>		
1.1	Produção de documentos por escrito, com data e local e assinatura dos responsáveis... ..	185
<i>Inciso II</i>		
1.2	Valores em moeda corrente nacional	186
<i>Inciso III</i>		
1.3	Afastamento do formalismo exagerado.....	186
<i>Inciso IV</i>		
1.4	A prova de autenticidade de documentos	187
<i>Inciso V</i>		
1.5	O reconhecimento de firma	188
1.5.1	As certidões via Internet.....	188
<i>Inciso VI</i>		
1.6	Atos preferencialmente digitais	189
<i>Inciso VII e Parágrafo 1º</i>		
1.7	O Plano de Contratações Anual	189
<i>Parágrafo 2º</i>		
2	Identificação e assinatura digital	190
Artigo 13		
1	A publicidade dos atos licitatórios	191
Artigo 14		
1	Impedimentos de participação em licitações	193
<i>Inciso I</i>		
1.1	Vedação ao autor do anteprojeto, do projeto básico ou do executivo	193
<i>Inciso II</i>		
1.2	Vedação à empresa responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo	194
<i>Inciso III e Parágrafo 1º</i>		
1.3	Vedação à pessoa física ou jurídica sancionada por infração cometida.....	194
<i>Inciso IV</i>		
1.4	Vedação aos que possuam vínculos com dirigentes públicos	194
<i>Inciso V</i>		
1.5	Vedação a empresas controladoras, controladas ou coligadas.....	195
<i>Inciso VI</i>		
1.6	Vedação a condenado por exploração de trabalho infantil e por submissão a condições análogas às de escravo.....	196
<i>Parágrafos 2º e 3º</i>		
2	Participação do elaborador dos anteprojetos ou dos projetos em atividades de apoio ...	198
<i>Parágrafo 4º</i>		
3	Licitação com inclusão como encargo do contratado a elaboração dos projetos	198
<i>Parágrafo 5º</i>		
4	Vedação à participação de pessoas sancionadas por organismos financeiros internacionais	199
Artigo 15 e Parágrafo 4º		
1	Participação de empresas em consórcio na licitação	201
<i>Inciso I</i>		
2	Comprovação de compromisso de constituição de consórcio	204
<i>Inciso II</i>		
3	A questão da empresa responsável pelo consórcio	205

<i>Inciso III e Parágrafos 1º e 2º</i>	
4	A apresentação dos documentos do consórcio 205
<i>Inciso IV</i>	
5	Vedação de consorciada participar da licitação por intermédio de mais de um consórcio ou isoladamente 206
<i>Inciso V e Parágrafo 5º</i>	
6	Responsabilidade solidária pelos atos praticados em consórcio 207
Artigo 16	
1	Condições para profissionais organizados sob a forma de cooperativa participarem de licitação 212
Artigo 17	
1	Fases da licitação 217
1.1	Primeira fase – Preparação da licitação (etapa interna)..... 217
1.1.1	Requisição do interessado e considerações técnicas, mercadológicas e de gestão 218
1.1.2	Aprovação jurídica do edital licitatório 219
1.2	Segunda fase – Divulgação – Publicação do instrumento convocatório (início da etapa externa)..... 220
1.3	Terceira fase – Apresentação de propostas e lances, conforme o modo de disputa adotado..... 220
1.4	Quarta fase – Julgamento..... 221
1.5	Quinta fase – Habilitação..... 221
1.6	Sexta fase – Interposição de recursos..... 221
1.7	Sétima fase – Homologação 222
<i>Parágrafo 1º</i>	
2	A inversão de fases..... 223
<i>Parágrafos 2º, 4º e 5º</i>	
3	Realização de licitações preferencialmente na forma eletrônica 224
<i>Parágrafo 3º</i>	
4	Análise de conformidade na fase de julgamento 224
<i>Parágrafo 6º</i>	
5	Exigência de certificação por organização independente 225
Artigo 18	
1	O planejamento nas contratações..... 231
<i>Inciso I e Parágrafos 1º, 2º e 3º</i>	
1.1	Estudo técnico preliminar 233
<i>Inciso II</i>	
1.2	Termo de referência, anteprojeto, projeto básico ou projeto executivo 235
<i>Inciso III</i>	
1.3	Condições de execução e pagamento, das garantias e das condições de recebimento... 237
<i>Incisos IV e XI</i>	
1.4	Orçamento estimado 238
<i>Incisos V, VI e IX</i>	
1.5	Edital de licitação e minuta do contrato 240
<i>Inciso VII</i>	
1.6	Regime de fornecimento de bens, de prestação de serviços ou de execução de obras e serviços de engenharia 241
<i>Inciso VIII</i>	
1.7	Modalidades de licitação, critérios de julgamento e modos de disputa..... 241
<i>Inciso X</i>	
1.8	Análise dos riscos 242
Artigo 19	
1	Ferramentas para auxílio às atividades de licitações e contratos 243
Artigo 20	
1	Obrigatoriedade de os itens de consumo serem de qualidade comum..... 246
Artigo 21	
1	Audiência pública sobre uma licitação 250
<i>Parágrafo único</i>	
2	Consulta Pública sobre uma licitação 251
Artigo 22	
1	Matriz de alocação de riscos no edital licitatório..... 252

Artigo 23 e Parágrafo 1º	
1	Estimativa prévia de preço 256
<i>Parágrafo 1º</i>	
2	Estimativa de preço na aquisição de bens e contratação de serviços em geral..... 257
<i>Parágrafo 2º</i>	
3	Estimativa de preço para contratação de obras e serviços de engenharia 259
3.1	Os Benefícios ou Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) 260
<i>Parágrafo 3º</i>	
4	Parâmetros nas contratações realizadas por entes federativos sem recursos da União 263
<i>Parágrafo 4º</i>	
5	Estimativa de valor nas contratações diretas 264
<i>Parágrafos 5º e 6º</i>	
6	Estimativa de valor em licitações que adotem regimes de contratação integrada e semi-integrada 265
Artigo 24	
1	O possível caráter sigiloso do valor estimado para a contratação 266
Artigo 25 e Parágrafos 1º, 2º e 3º	
1	Conteúdo do edital licitatório..... 269
<i>Parágrafo 4º</i>	
2	Previsão da obrigatoriedade de implantação de programa de integridade..... 270
<i>Parágrafos 5º e 6º</i>	
3	Previsão no edital da responsabilidade pelo licenciamento ambiental e prioridade de tramitação 272
3.1	A possibilidade de previsão da obtenção de licenciamento ambiental pelo contratado... 273
3.2	Prioridade nos licenciamentos ambientais de obras e serviços de engenharia licitados... 274
<i>Parágrafo 7º</i>	
4	Obrigatória previsão de Reajustamento de Preços 274
<i>Parágrafo 8º</i>	
5	Reajustamento nas licitações de serviços contínuos..... 276
<i>Parágrafo 9º</i>	
6	Possibilidade do edital exigir a contratação de mulher vítima de violência doméstica e egresso do sistema prisional 281
Artigo 26	
1	As margens de preferência 284
<i>Incisos I e II</i>	
1.1	As margens de preferências e suas bases 286
<i>Parágrafos 1º e 2º</i>	
2	Percentuais das margens de preferência 288
<i>Parágrafo 5º</i>	
3	Exclusão da aplicação das preferências 288
<i>Parágrafo 6º</i>	
4	Medidas de compensação comercial, industrial, tecnológica ou acesso a condições vantajosas de financiamento 288
<i>Parágrafo 7º</i>	
5	Contratações estratégicas em Tecnologia de Informação e Comunicação 290
Artigo 27	
1	Divulgação em sítio eletrônico 292
Artigo 28 e Parágrafos 1º e 2º	
1	Modalidades de licitação 293
Artigo 29	
1	Concorrência e Pregão 296
Artigo 30	
1	Concurso 299
<i>Parágrafo único</i>	
2	Cessão dos direitos patrimoniais à Administração Pública 300
Artigo 31	
1	Leilão 303
<i>Parágrafo 1º</i>	
2	A escolha do leiloeiro oficial..... 303

<i>Parágrafos 2º, 3º e 4º</i>	
3 A divulgação e outras disposições do leilão	305
Artigo 32 e Incisos I e II	
1 Diálogo competitivo.....	309
<i>Parágrafo 1º</i>	
2 Procedimento do diálogo competitivo.....	312
<i>Incisos I, II e III</i>	
2.1 Divulgação do edital e manifestações de interesse em participar do certame.....	313
<i>Incisos IV a VII</i>	
2.2 A fase de diálogo	314
<i>Inciso VIII</i>	
2.3 Declaração de conclusão da fase de diálogo e início da fase de competição	314
<i>Incisos IX e X</i>	
2.4 Etapa de análise das propostas e definição da vencedora.....	314
<i>Inciso XI e Parágrafo 2º</i>	
2.5 A condução do certame.....	315
Artigo 33	
1 Critérios de julgamento.....	316
<i>Inciso I</i>	
1.1 Critério do menor preço.....	316
<i>Inciso II</i>	
1.2 Critério do maior desconto	317
<i>Inciso III</i>	
1.3 Critérios da melhor técnica ou do melhor conteúdo artístico	317
1.3.1 Critério da melhor técnica	317
1.3.2 Critério do melhor conteúdo artístico.....	318
<i>Inciso IV</i>	
1.4 Critério de técnica e preço	318
<i>Inciso V</i>	
1.5 Critério do maior lance, no caso de leilão.....	319
<i>Inciso VI</i>	
1.6 Critério do maior retorno econômico	320
Artigo 34	
1 O julgamento pelo critério do menor preço	321
<i>Parágrafo 2º</i>	
2 O julgamento pelo critério do maior desconto.....	322
Artigo 35	
1 O julgamento pelo critério da melhor técnica ou conteúdo artístico	324
Artigo 36 e Parágrafo 1º	
1 O julgamento pelo critério da técnica e preço.....	326
<i>Parágrafos 2º e 3º</i>	
2 Avaliação e ponderação das propostas técnicas e de preço	330
<i>Parágrafo 3º</i>	
3 Consideração do desempenho anterior na pontuação técnica.....	330
Artigo 37	
1 Procedimento no julgamento por melhor técnica ou por técnica e preço.....	333
<i>Parágrafo 1º</i>	
2 Constituição da banca examinadora.....	333
<i>Parágrafo 2º</i>	
3 Uso obrigatório dos critérios melhor técnica ou técnica e preço	334
Artigo 38	
1 Exigência de que os profissionais pontuados executem o objeto contratado	336
Artigo 39	
1 O julgamento pelo critério do maior retorno econômico	337
Artigo 40	
1 O Planejamento anual das compras.....	341
<i>Inciso I</i>	
1.1 As condições de aquisição e pagamento semelhantes às do setor privado.....	342

<i>Inciso II</i>		
1.2	O processamento por meio de Sistema de Registro de Preços (SRP)	342
<i>Inciso III</i>		
1.3	A determinação de unidades e quantidades a serem adquiridas.....	343
<i>Inciso IV</i>		
1.4	As condições de guarda e armazenamento.....	344
<i>Inciso V e Parágrafos 2º e 3º</i>		
1.5	Os princípios.....	344
1.5.1	Princípio da padronização.....	345
1.5.2	Princípio do parcelamento.....	345
1.5.3	Princípio da responsabilidade fiscal.....	347
<i>Parágrafos 1º e 4º</i>		
2	Informações do termo de referência	348
Artigo 41 e Parágrafo único		
1	Indicação excepcional de marcas ou modelos	350
1.1	Marca ou modelo comercializados por mais de um fornecedor	352
1.2	Exigência excepcional de amostra ou prova de conceito.....	352
1.3	A carta de solidariedade emitida pelo fabricante	352
Artigo 42		
1	A prova de qualidade do produto.....	355
<i>Inciso I</i>		
1.1	A comprovação de que o produto esteja de acordo com as normas técnicas.....	357
<i>Inciso II</i>		
1.2	Declaração de atendimento satisfatório emitida por outro órgão	357
<i>Inciso III</i>		
1.3	A certificação da qualidade do produto ou do processo de fabricação.....	358
<i>Parágrafo 1º</i>		
2	Exigência de aceitabilidade da proposta	359
<i>Parágrafos 2º e 3º</i>		
3	A possibilidade de exigência de amostras e da apresentação de protótipos	360
Artigo 43 e parágrafo 1º		
1	O processo de padronização dos produtos	362
<i>Parágrafo 2º</i>		
2	A contratação de soluções baseadas em software de uso disseminado	363
Artigo 44		
1	Decisão entre comprar ou alugar um bem	365
Artigo 45		
1	Normas ambientais a serem respeitadas nas obras e serviços de engenharia.....	366
Artigo 46		
1	Regimes na execução indireta de obras e serviços de engenharia	371
1.1	Empreitada e tarefa	372
1.2	Empreitadas por preço unitário e por preço global.....	373
1.3	Empreitada integral.....	373
1.4	Tarefa.....	374
1.5	Contratação integrada e contratação semi-integrada	375
1.6	Fornecimento e prestação de serviço associado.....	376
<i>Parágrafo 1º</i>		
2	Vedação à realização de obras e serviços de engenharia sem projeto executivo.....	376
<i>Parágrafo 2º</i>		
3	Dispensa da elaboração de projeto básico nos casos de contratação integrada.....	377
<i>Parágrafo 3º</i>		
4	Submissão do projeto básico à Administração	378
<i>Parágrafo 4º</i>		
5	Previsão da efetivação de desapropriação na contratação integrada e na semi-integrada	378
<i>Parágrafo 5º</i>		
6	Possibilidade de alteração do projeto básico na contratação semi-integrada	379
<i>Parágrafo 6º</i>		
7	Aprovação de cada etapa de execução.....	379

<i>Parágrafo 9º</i>		
8	Obrigatoriedade do uso do preço global	379
Artigo 47		
1	Princípios nas licitações de serviços	380
1.1	Princípio da padronização.....	380
1.2	Princípio do parcelamento.....	381
<i>Parágrafo 2º</i>		
2	Exigência de unidade de prestação de serviços em distância compatível	382
Artigo 48		
1	Terceirização de atividades acessórias, instrumentais ou complementares.....	383
<i>Parágrafo único</i>		
2	Vedação ao contratado de contratar cônjuge, companheiro ou parente	388
Artigo 49 e Parágrafo único		
1	Permissão para contratar mais de uma empresa para o mesmo serviço	389
1.1	A economia de escala	389
Artigo 50		
1	Comprovações nos serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra.....	391
Artigo 51		
1	Locação de imóveis pela Administração	393
Artigo 52		
1	Licitações internacionais.....	394
<i>Parágrafo 1º</i>		
2	A cotação do preço em moeda estrangeira.....	398
<i>Parágrafo 2º</i>		
3	Conversão da moeda para pagamento.....	400
<i>Parágrafo 3º</i>		
4	Garantias de pagamento ao vencedor da licitação.....	400
<i>Parágrafo 4º</i>		
5	Indicação dos gravames incidentes no edital licitatório.....	400
<i>Parágrafo 5º</i>		
6	Sujeição de todos os licitantes às mesmas regras.....	403
<i>Parágrafo 6º</i>		
7	Vedação ao estabelecimento de barreiras a licitantes estrangeiros	403
Artigo 53		
1	Apreciação jurídica do processo licitatório	404
<i>Parágrafo 1º</i>		
2	A elaboração do parecer jurídico.....	407
<i>Inciso I</i>		
2.1	Apreciar o processo licitatório com atribuição de prioridade.....	408
<i>Inciso II</i>		
2.2	Redação da manifestação em linguagem simples e compreensível	408
3	A Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (Lei nº 13.655/2018) e as decisões dos agentes públicos responsáveis.....	408
<i>Parágrafo 3º</i>		
4	Divulgação do edital após o término da aprovação jurídica	411
<i>Parágrafo 4º</i>		
5	Apreciação jurídica das contratações diretas e outros ajustes.....	412
<i>Parágrafo 5º</i>		
6	Dispensa da apreciação jurídica em situações específicas	412
7	A responsabilização solidária do aprovador jurídico.....	413
Artigo 54 e parágrafos 2º e 3º		
1	A publicidade do edital.....	414
<i>Parágrafo 1º</i>		
2	A publicação de extrato do edital em jornais de grande circulação	415
Artigo 55		
1	Prazos mínimos para a apresentação de propostas e lances.....	418
<i>Parágrafo 1º</i>		
2	Modificações no edital	418

<i>Parágrafo 2º</i>		
3	Redução do prazo de apresentação de propostas e lances.....	418
Artigo 56		
1	Modos de disputas passíveis de serem adotados.....	419
<i>Incisos I e II</i>		
1.1	Procedimentos dos modos de disputa aberto e fechado	420
<i>Parágrafos 1º e 2º</i>		
2	Vedações ao uso dos modos de disputa fechado e aberto.....	420
<i>Parágrafo 3º</i>		
3	Lances intermediários.....	421
<i>Parágrafo 4º</i>		
4	Admissão de reinício da disputa aberta.....	422
<i>Parágrafo 5º</i>		
5	Reelaboração das planilhas	422
Artigo 57		
1	Intervalo mínimo de diferença entre os lances.....	423
Artigo 58		
1	Garantia para participação na licitação	424
Artigo 59		
1	Desclassificação das propostas.....	427
<i>Inciso I</i>		
1.1	Propostas com vícios insanáveis.....	428
<i>Inciso II</i>		
1.2	Descumprimento de especificações técnicas indicadas no edital	429
<i>Inciso III</i>		
1.3	Preços inexequíveis ou que permanecerem acima do orçamento estimado	429
1.3.1	Preços inexequíveis	429
1.3.2	Propostas com preços que permaneçam acima do orçamento estimado	430
<i>Inciso IV</i>		
1.4	Propostas sem exequibilidade.....	430
<i>Inciso V</i>		
1.5	Desconformidade com outras exigências do edital	431
<i>Parágrafo 5º</i>		
2	Garantia adicional nas contratações de obras e serviços de engenharia	431
Artigo 60 e Parágrafo 2º		
1	Elenco de critérios para o desempate nas licitações	433
<i>Inciso I</i>		
1.1	Primeiro critério – Apresentação de novas propostas pelos licitantes empatados	434
<i>Inciso II</i>		
1.2	Segundo critério – Avaliação do desempenho contratual prévio	434
<i>Inciso III</i>		
1.3	Terceiro critério – Desenvolvimento de ações de equidade entre homens e mulheres no trabalho	435
<i>Inciso IV</i>		
1.4	Quarto critério – Desenvolvimento de programa de integridade	435
<i>Parágrafo 1º</i>		
2	Regras de preferência na manutenção do empate	436
Artigo 61 e Parágrafos 1º e 2º		
1	Negociação de condições mais vantajosas	438
Artigo 62		
1	A fase de habilitação	440
Artigo 63		
1	Disposições a serem observadas na fase de habilitação.....	441
<i>Inciso I</i>		
2	Declaração de atendimento aos requisitos de habilitação.....	442
<i>Inciso II</i>		
3	Apresentação dos documentos de habilitação apenas pelo licitante vencedor.....	443
<i>Inciso III</i>		
4	Demonstração de regularidade fiscal apenas do mais bem classificado	444

<i>Inciso IV</i>		
5	Reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado	444
	<i>Parágrafo 1º</i>	
6	Propostas que compreendam os custos que atendam aos direitos trabalhistas.....	445
	<i>Parágrafo 2º, 3º e 4º</i>	
7	Atestado de conhecimento do local e das condições de realização do objeto	446
	Artigo 64	
1	Impossibilidade de substituição ou apresentação de novos documentos.....	448
	<i>Parágrafo 1º</i>	
2	Responsabilidade do agente de contratação para sanar erros ou falhas.....	451
	<i>Parágrafo 2º</i>	
3	Não exclusão do licitante por motivo habilitatório quando já encerrada a fase habilitatória.....	451
	Artigo 65 e Parágrafo 1º	
1	Condições de habilitação e as exigências para empresas recém criadas.....	452
	<i>Parágrafo 2º</i>	
2	Possibilidade da habilitação ocorrer por processo eletrônico.....	453
	Artigo 66	
1	A habilitação jurídica	454
1.1	A questão da habilitação de empresas em recuperação judicial.....	454
1.2	A habilitação das cooperativas.....	456
	Artigo 67	
1	As peculiaridades inerentes à qualificação técnica	460
2	Requisitos para a demonstração da capacidade técnica	460
	<i>Inciso I</i>	
3	Registro na entidade profissional.....	462
	<i>Inciso II</i>	
4	Comprovação de aptidão de capacidade operacional.....	463
	<i>Inciso III</i>	
5	Disponibilidade de pessoal técnico, de instalações e de aparelhamento adequados	463
	<i>Inciso IV</i>	
6	Prova do atendimento de requisitos previstos em lei especial	464
	<i>Inciso V</i>	
7	Registro ou inscrição na entidade profissional competente	464
	<i>Inciso VI</i>	
8	Declaração de conhecimento de todas as informações e das condições locais	465
	<i>Parágrafos 1º e 2º</i>	
9	Limites à exigência de capacidade técnica	465
	<i>Parágrafos 3º a 9º</i>	
10	Regras de atesto da capacidade técnica jungidas a situações específicas	466
10.1	Substituição por outras provas (§3º)	466
10.2	Atestados emitidos por estrangeiros (§4º).....	466
10.3	Atestados de serviços similares na contratação de serviços contínuos (§5º).....	468
10.4	Obrigatoriedade dos profissionais participarem da obra ou serviço (§6º).....	469
10.5	Inscrição de empresas estrangeiras em entidade profissional competente (§7º).....	470
10.6	Exigência da relação dos compromissos assumidos pelo licitante (§8º)	470
10.7	Atestados de subcontratados (§9º)	470
	<i>Parágrafos 10 e 11</i>	
11	Atestados emitidos em favor de consórcio que o licitante tenha participado	471
	<i>Parágrafo 12</i>	
12	Atestados de profissionais que tenham dado causa à aplicação das sanções.....	472
	Artigo 68	
1	As habilitações fiscal, social e trabalhista	473
	<i>Inciso I</i>	
1.1	Inscrição no CPF ou no CNPJ	474
	<i>Inciso II</i>	
1.2	Inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal	474
	<i>Inciso III</i>	
1.3	Regularidade para com a Fazenda federal, estadual e municipal	474

1.3.1	A questão da regularidade ou quitação.....	475
1.3.2	A constitucionalidade da exigência	477
1.3.3	A comprovação de regularidade fiscal pelas pequenas empresas	477
1.3.4	A questão do domicílio ou sede do licitante	479
1.3.5	A certidão negativa de dívida ativa	480
<i>Inciso IV</i>		
1.4	Regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS)	482
<i>Inciso V</i>		
1.5	Regularidade perante a Justiça do Trabalho	483
1.5.1	Hipóteses de exigência da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).....	486
<i>Inciso VI</i>		
1.6	Cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da CF	487
<i>Parágrafo 1º</i>		
2	Substituição de documentos.....	489
<i>Parágrafo 2º</i>		
3	Comprovação nos termos da legislação específica	489
4	A questão de verificação no CADIN (Cadastro Informativo dos créditos não quitados do setor público federal)	489
Artigo 69		
1	Habilitação econômico-financeira.....	493
<i>Inciso I e Parágrafo 6º</i>		
1.1	Balço patrimonial e demonstrações contábeis	494
<i>Inciso II</i>		
1.2	Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede	496
1.2.1	A questão do pedido de falência postulado por terceiro	497
1.2.2	Efeitos do ajuizamento de ação de execução contra o patrimônio	497
<i>Parágrafo 1º</i>		
2	Declaração assinada por profissional da área contábil	497
<i>Parágrafo 2º</i>		
3	Vedação a exigência de valores mínimos de faturamento	498
<i>Parágrafo 3º</i>		
4	Relação dos compromissos assumidos pelo licitante	498
<i>Parágrafo 4º</i>		
5	Capital mínimo nas compras para entrega futura e nas obras e serviços.....	499
<i>Parágrafo 5º</i>		
6	Comprovação de situação financeira através do cálculo de índices contábeis	500
Artigo 70 e Incisos I e II		
1	Apresentação dos documentos de habilitação	502
1.1	As certidões via Internet.....	503
<i>Parágrafo único</i>		
2	Documentação de empresas estrangeiras que não funcionem no Brasil	504
Artigo 71		
1	Encerramento da licitação.....	506
2	Revogação e anulação de ato administrativo	507
<i>Parágrafos 1º e 3º</i>		
3	A anulação da licitação	507
<i>Parágrafo 2º</i>		
4	A revogação da licitação em função de razões de interesse público decorrentes de fatos supervenientes.....	508
<i>Parágrafo 4º</i>		
5	Tratamento idêntico nas contratações diretas e nos procedimentos auxiliares da licitação	509
Artigo 72		
1	Do Processo de Contratação Direta.....	510
1.1	A Contratação Direta – Licitação Inexigível, Dispensável e Dispensada	511
1.2	Condições para a eficácia das contratações diretas por dispensa ou inexigibilidade licitatória	512
1.2.1	Documento de formalização de demanda e, se for o caso, estudo técnico preliminar, análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo	513

1.2.2	Estimativa de despesa.....	514
1.2.3	Parecer jurídico e pareceres técnicos, se for o caso, que demonstrem o atendimento aos requisitos exigidos.....	514
1.2.4	Demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido.....	514
1.2.5	Comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária.....	514
1.2.6	Razão da escolha do contratado.....	515
1.2.7	Justificativa de preço.....	515
1.2.8	Autorização da autoridade competente.....	517
	<i>Parágrafo único</i>	
2	Divulgação da contratação direta.....	518
	Artigo 73	
1	Contratação direta com dolo, fraude ou erro grosseiro.....	519
	Artigo 74	
1	Licitação inexigível.....	521
	<i>Inciso I e Parágrafo 1º</i>	
1.1	Fornecedor exclusivo.....	524
1.1.1	Exclusividade do fornecedor.....	526
	<i>Inciso II e Parágrafo 2º</i>	
1.2	Contratação de profissional do setor artístico.....	526
	<i>Inciso III e Parágrafos 3º e 4º</i>	
1.3	Contratação de serviços técnicos especializados de natureza intelectual de notória especialização.....	530
1.3.1	A identificação da notória especialização.....	530
1.3.2	A necessidade de “confiança” no profissional.....	531
1.3.3	A questão do elenco taxativo do inciso.....	533
1.3.4	A questão da inscrição de servidores em cursos de treinamento.....	533
1.3.5	A questão da contratação de serviços advocatícios.....	534
	<i>Inciso IV</i>	
1.4	Objetos que devam ou possam ser contratados por meio de credenciamento.....	537
	<i>Inciso V e Parágrafo 5º</i>	
1.5	Aquisição ou locação de imóvel cujas características tornem necessária a sua escolha...	538
1.5.1	A questão da existência de vários imóveis com as mesmas características.....	540
1.5.2	Contratação direta no caso de imóveis com pendências de acabamento.....	541
1.5.3	Contratação direta de locação sob medida (<i>built to suit</i>).....	541
	Artigo 75	
1	A licitação dispensável.....	547
1.1	Hipóteses de licitação dispensável.....	548
	<i>Incisos I e II e Parágrafos 1º, 3º, 4º e 7º</i>	
1.1.1	Obras, serviços de engenharia, serviços de manutenção de veículos automotores, outros serviços e compras de pequeno valor.....	549
1.1.1.1	Regime especial para consórcios públicos, autarquias e fundações qualificadas como agências executivas (Parágrafo 2º).....	551
1.1.1.1.1	Consórcios públicos.....	552
1.1.1.1.2	Agências executivas.....	552
1.1.1.2	Dispensa de licitação na forma eletrônica.....	553
	<i>Inciso III</i>	
1.2	Licitações desertas ou frustradas.....	562
	<i>Inciso IV</i>	
1.3	Contratações de objetos específicos.....	564
	<i>Alínea ‘a’</i>	
1.3.1	Aquisição de bens para manutenção durante o período de garantia técnica.....	565
	<i>Alínea ‘b’</i>	
1.3.2	Aquisição nos termos de acordo internacional.....	567
	<i>Alínea ‘c’ e Parágrafo 5º</i>	
1.3.3	Dispensa de licitação nas contratações de produtos para pesquisa e desenvolvimento.....	571
	<i>Alínea ‘d’</i>	
1.3.4	Transferência de tecnologia.....	572
	<i>Alínea ‘e’</i>	
1.3.5	Aquisição de perecíveis.....	574

1.3.5.1	O gênero perecível.....	575
1.3.5.2	A questão do preço do dia	576
<i>Alínea 'f'</i>		
1.3.6	Bens ou serviços produzidos ou prestados no País de alta tecnologia e defesa nacional	576
<i>Alínea 'g'</i>		
1.3.7	Manutenção da padronização de materiais de uso militar	577
1.3.7.1	A padronização	578
<i>Alínea 'h'</i>		
1.3.8	Atendimento de militares em operações de paz no exterior.....	579
<i>Alínea 'i'</i>		
1.3.9	Contratações para abastecimentos militares em estado de operação.....	579
<i>Alínea 'j'</i>		
1.3.10	Coleta, processamento e comercialização de resíduos sólidos urbanos recicláveis ou reutilizáveis	580
<i>Alínea 'k'</i>		
1.3.11	Aquisição ou restauração de obras de arte.....	582
1.3.11.1	Obras de arte ou objetos históricos	583
1.3.11.2	Compatibilidade com as finalidades do ente contratante	583
<i>Alínea 'l'</i>		
1.3.12	Serviços especializados ou aquisição ou locação de equipamentos destinados ao rastreamento e à obtenção de provas.....	584
<i>Alínea 'm'</i>		
1.3.13	Medicamentos destinados ao tratamento de doenças raras.....	585
<i>Inciso V</i>		
1.4	Contratações visando ao cumprimento do disposto nos arts. 3º, 3º-A, 4º, 5º e 20 da Lei nº 10.973/2004	585
<i>Inciso VI</i>		
1.5	Comprometimento da segurança nacional	589
1.5.1	O conceito de segurança nacional.....	589
<i>Inciso VII</i>		
1.6	Casos de guerra, estado de defesa, estado de sítio, intervenção federal ou grave perturbação da ordem.....	590
1.6.1	Guerra.....	590
1.6.2	Estado de defesa, Estado de Sítio e Intervenção Federal	591
1.6.3	Grave perturbação da ordem.....	594
1.6.4	Cabimento da dispensa licitatória	595
<i>Inciso VIII e Parágrafo 6º</i>		
1.7	Emergência ou calamidade pública	595
1.7.1	Limites à contratação emergencial ou no caso de calamidade pública.....	597
1.7.2	A questão da emergência em face de negligência do agente público responsável.....	599
1.7.3	A questão da contratação emergencial em face de obstrução judicial	600
1.7.4	Situações emergenciais que afastarão as formalidades do art. 72	601
<i>Inciso IX</i>		
1.8	Contratação entre pessoas jurídicas de direito público interno	602
1.8.1	Contratações entre entidades de esferas diferentes.....	604
<i>Inciso X</i>		
1.9	Intervenção no domínio econômico.....	604
<i>Inciso XI</i>		
1.10	Celebração de contrato de programa	606
<i>Inciso XII</i>		
1.11	Contratação em que houver transferência de tecnologia de produtos estratégicos para o Sistema Único de Saúde (SUS).....	608
<i>Inciso XIII</i>		
1.12	Contratação de profissionais para compor a comissão de avaliação de critérios de técnica.....	609
<i>Inciso XIV</i>		
1.13	Contratação de serviços de associações de portadores de deficiência	609
<i>Inciso XV</i>		
1.14	Contratação de instituição sem fins lucrativos	611
1.14.1	O conceito de instituição.....	612
1.14.2	Instituição brasileira.....	613

1.14.3	Os fins das instituições	613
1.14.4	A reputação das instituições	615
1.14.5	A inexistência de fins lucrativos.....	616
<i>Inciso XVI</i>		
1.15	Contratação para a aquisição de insumos estratégicos para a saúde produzidos ou distribuídos por fundação de apoio.....	618
2	Faculdade de convocação para a contratação de remanescente de obra, de serviço ou de fornecimento.....	620
Artigo 76		
1	Licitação Dispensada	623
1.1	A alienação de bens da Administração Pública.....	624
1.2	Bens públicos.....	624
1.2.1	A alienação de bens públicos	625
1.2.1.1	Alienação de bens públicos imóveis	626
1.2.1.1.1	Interesse público.....	626
1.2.1.1.2	Avaliação prévia.....	627
1.2.1.1.3	Autorização legislativa.....	629
<i>Inciso I</i>		
2	Dispensa de licitação para a alienação de bens imóveis	630
<i>Alínea 'a'</i>		
2.1	Dispensa para alienação de imóveis por intermédio de dação em pagamento.....	630
<i>Alínea 'b'</i>		
2.2	Dispensa para Alienação de Imóveis por intermédio de doação	631
<i>Parágrafo 2º</i>		
2.2.1	Reversão da doação	632
<i>Parágrafos 6º e 7º</i>		
2.2.2	Doação com encargo (doação onerosa)	633
<i>Alínea 'c'</i>		
2.3	Dispensa para Alienação de Imóveis por intermédio de permuta.....	634
<i>Alínea 'd' e Parágrafo 5º</i>		
2.4	Dispensa para Alienação de Imóveis por intermédio de investidura	636
<i>Alínea 'e'</i>		
2.5	Dispensa para Alienação de Imóveis por intermédio de venda a outro órgão ou entidade da Administração Pública.....	639
<i>Alínea 'f'</i>		
2.6	Dispensa para Alienação de Imóveis, por intermédio de diversos institutos, no âmbito de programas habitacionais ou de regularização fundiária	640
<i>Alínea 'g'</i>		
2.7	Dispensa para Alienação de Imóveis por intermédio de alienação de bens imóveis para uso comercial	643
<i>Alínea 'h'</i>		
2.8	Dispensa para Alienação de terras públicas rurais da União e do Incra, para fins de regularização fundiária	644
<i>Alínea 'i'</i>		
2.9	Dispensa para Alienação de Imóveis por intermédio de procedimentos de legitimação de posse.....	644
<i>Alínea 'j'</i>		
2.10	Legitimação fundiária e legitimação de posse de que trata a Lei nº 13.465/2017.....	645
<i>Parágrafos 3º e 4º</i>		
2.11	Dispensa na concessão de título de propriedade ou de direito real de uso de imóvel ...	646
<i>Inciso I do Parágrafo 3º</i>		
2.11.1	Dispensa para a concessão de título de propriedade ou de direito real de uso de imóveis quando destinar-se a entes da Administração.....	647
<i>Inciso II do Parágrafo 3º</i>		
2.11.2	Dispensa para a concessão de título de propriedade ou de direito real de uso de imóveis a pessoa natural.....	647
<i>Inciso II do Artigo 76</i>		
3	Alienação de bens móveis.....	648
<i>Alínea 'a'</i>		
3.1	Doação.....	649
<i>Alínea 'b'</i>		
3.2	Permuta	650

Alínea 'c'		
3.3	Venda de ações.....	651
Alínea 'd'		
3.4	Venda de títulos.....	652
Alínea 'e'		
3.5	Venda de bens produzidos ou comercializados pela Administração Pública.....	653
Alínea 'f'		
3.6	Venda de materiais sem utilização previsível para outros órgãos ou entidades da Administração.....	653
Artigo 77		
1	Direito de preferência.....	655
Artigo 78		
1	Procedimentos auxiliares nas licitações.....	656
<i>Parágrafos 1º e 2º</i>		
2	Critérios e julgamento.....	657
Artigo 79		
1	Credenciamento.....	658
<i>Parágrafo único</i>		
2	Regulamentação do credenciamento.....	663
Artigo 80		
1	Pré-qualificação.....	665
2	Condutas na Pré-qualificação.....	666
<i>Parágrafo 1º</i>		
2.1	Regras a serem observadas.....	666
<i>Parágrafo 2º</i>		
2.2	Pré-qualificação aberta permanentemente.....	666
<i>Parágrafo 3º</i>		
2.3	Exigências do edital de pré-qualificação.....	667
<i>Parágrafo 4º</i>		
2.4	Apresentação da documentação.....	667
<i>Parágrafos 5º, 6º e 7º</i>		
2.5	Regras da pré-qualificação.....	667
<i>Parágrafos 8º e 9º</i>		
2.6	Prazo de validade da pré-qualificação e de divulgação.....	667
<i>Parágrafo 10</i>		
2.7	Licitação restrita a pré-qualificados.....	668
Artigo 81		
1	O Procedimento de Manifestação de Interesse (PMI).....	671
<i>Parágrafos 1º e 2º</i>		
1.1	Publicização dos estudos e projetos e decorrências da feitura do trabalho.....	672
<i>Parágrafo 3º</i>		
1.2	Parecer da Administração para aceitação dos produtos e serviços.....	673
<i>Parágrafo 4º</i>		
1.3	PMI restrito a startups.....	673
Artigo 82		
1	Sistema de Registro de Preços (SRP).....	677
1.1	O edital de licitação para o SRP.....	680
<i>Inciso I e Parágrafos 3º e 4º</i>		
1.2	Especificidades e objeto, com indicação da quantidade máxima de itens.....	681
<i>Inciso II</i>		
1.3	Quantidade mínima a ser cotada.....	682
<i>Inciso III</i>		
1.4	Possibilidade de previsão de preços diferentes.....	683
<i>Inciso IV</i>		
1.5	Oferecimento ou não de proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto.....	683
<i>Inciso V</i>		
1.6	Critérios de julgamento nas licitações de registro de preços.....	683
<i>Inciso VI</i>		
1.7	Alterações dos preços registrados.....	686

<i>Inciso VII</i>		
1.8	Registro de mais de um fornecedor	690
<i>Inciso VIII</i>		
1.9	Proibição da participação em mais de uma Ata de Registro de Preços.....	690
<i>Inciso IX</i>		
1.10	Hipóteses de cancelamento da ata de registro de preços.....	691
<i>Parágrafos 1º e 2º</i>		
2	Utilização do critério de julgamento por grupo de itens	691
<i>Parágrafo 5º</i>		
3	Condições para o uso do SRP	693
<i>Parágrafo 6º</i>		
4	Contratação direta para registro de preços nas contratações feitas por mais de um órgão ou entidade.....	694
Artigo 83		
1	Não obrigação da Administração contratar	695
Artigo 84		
1	Prazo de vigência da Ata de Registro de Preços.....	696
<i>Parágrafo único</i>		
2	Prazo do contrato decorrente da Ata de Registro de Preços.....	696
Artigo 85		
1	Sistema de Registro de Preços na execução de obras e serviços de engenharia.....	697
Artigo 86 e parágrafo 1º		
1	A Intenção de Registro de Preços (IRP).....	700
<i>Parágrafo 2º</i>		
2	A adesão (“carona”) à Ata de Registro de Preços.....	702
<i>Parágrafos 3º a 8º</i>		
3	Limites às adesões às Atas de Registro de Preços.....	704
Artigo 87		
1	Sistema de registro cadastral unificado.....	706
<i>Parágrafos 1º a 4º</i>		
1.1	Regras para o Sistema Nacional de Cadastramento	707
Artigo 88		
1	Regras para inscrição no cadastro.....	708
<i>Parágrafos 1º e 2º</i>		
2	Cadastramento por categorias e certificado	709
<i>Parágrafos 3º e 4º</i>		
3	Anotações cadastrais.....	709
<i>Parágrafo 5º</i>		
4	Modificações no cadastro.....	710
<i>Parágrafo 6º</i>		
5	Atraso na entrega do certificado de cadastro.....	711
Artigo 89		
1	O contrato.....	712
1.1	O contrato e o Estado	713
1.2	Contratos da Administração	713
1.3	Subdivisão dos contratos da Administração.....	714
1.3.1	Contratos privados celebrados pela Administração Pública	714
1.3.2	Contratos administrativos	714
1.3.2.1	Sujeitos do contrato administrativo	715
1.3.2.2	Características do contrato administrativo	715
<i>Parágrafo 1º e 2º</i>		
2	As cláusulas contratuais	715
2.1	Contratos oriundos de contratação direta	716
2.2	Os “contratos guarda-chuva”	716
Artigo 90		
1	Convocação do vencedor da licitação (adjudicatário).....	719
<i>Parágrafo 1º</i>		
2	Prorrogação do prazo de contratação	719

<i>Parágrafo 2º</i>		
3	Convocação de demais licitantes.....	719
<i>Parágrafo 3º</i>		
4	Prazo de validade da proposta.....	720
<i>Parágrafo 4º</i>		
5	Possibilidade de negociação	720
<i>Parágrafo 5º</i>		
6	Recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato.....	721
<i>Parágrafo 6º</i>		
7	Não aplicação aos demais licitantes convocados	721
<i>Parágrafo 7º</i>		
8	Convocação para a contratação de remanescente de obra, de serviço ou de fornecimento.....	722
Artigo 91 caput e Parágrafos 1º e 2º		
1	Formalização do contrato administrativo	723
<i>Parágrafo 3º</i>		
2	Contrato na forma eletrônica.....	724
<i>Parágrafo 4º</i>		
3	Providências anteriores à celebração do contrato ou de termos aditivos prorrogatórios	724
Artigo 92 e Incisos I a XIX		
1	Cláusulas necessárias.....	728
<i>Inciso I</i>		
1.1	Objeto do contrato.....	729
<i>Inciso II</i>		
1.2	Vinculação ao edital e à proposta	729
<i>Inciso III</i>		
1.3	Legislação aplicável.....	729
<i>Inciso IV</i>		
1.4	Regime de execução ou forma de fornecimento	730
1.4.1	Regimes de execução.....	730
1.4.2	Formas de fornecimento	731
<i>Inciso V</i>		
1.5	Preço do contrato, condições de pagamento e reajustamento.....	731
1.5.1	Reajustamento de preços	731
1.5.2	Atualização monetária.....	733
1.5.3	Das regras para operação de crédito garantida por cessão fiduciária dos direitos de créditos decorrentes de contratos administrativos.....	733
<i>Inciso VI</i>		
1.6	Crítérios e periodicidade da medição e prazo para liquidação e pagamento.....	735
<i>Inciso VII</i>		
1.7	Prazos contratuais.....	735
<i>Inciso VIII</i>		
1.8	Especificação dos recursos orçamentários	736
<i>Inciso IX</i>		
1.9	Matriz de risco.....	736
<i>Inciso X</i>		
1.10	Prazo para resposta a pedido de repactuação de preços.....	737
<i>Inciso XI</i>		
1.11	Prazo para resposta a pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro	742
<i>Inciso XII</i>		
1.12	Garantias contratuais.....	743
<i>Inciso XIII</i>		
1.13	Garantia do objeto.....	744
<i>Inciso XIV</i>		
1.14	Direitos, responsabilidades, penalidades e valores das multas.....	744
1.14.1	Direitos e responsabilidades	744
1.14.2	Penalidades e multas.....	744
<i>Inciso XV</i>		
1.15	Condições de importação de bens.....	744

<i>Inciso XVI</i>	
1.16	Manutenção das condições de habilitação 745
<i>Inciso XVII</i>	
1.17	Reserva de cargos para pessoa com deficiência 745
<i>Inciso XVIII</i>	
1.18	Modelo de gestão do contrato..... 745
<i>Inciso XIX</i>	
1.19	Hipóteses de extinção contratual..... 745
<i>Parágrafo 1º</i>	
2	Declaração como competente o foro da sede da Administração 746
<i>Parágrafo 2º</i>	
3	Cláusula prevendo período para verificação de pendências 747
<i>Parágrafo 3º</i>	
4	Cláusula de reajustamento independentemente do prazo de duração 747
<i>Parágrafos 4º e 6º</i>	
5	Reajustamento nos contratos de serviços contínuos..... 747
<i>Parágrafo 5º</i>	
6	Medição mensal nos contratos de obras e serviços de engenharia 749
Artigo 93 e Parágrafo 3º	
1	Cessão de direitos patrimoniais 751
<i>Parágrafo 1º</i>	
2	Obra imaterial de caráter tecnológico..... 752
<i>Parágrafo 2º</i>	
3	Dispensa da exigência de cessão de direitos patrimoniais 753
Artigo 94	
1	Divulgação dos contratos no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) 754
<i>Parágrafo 1º</i>	
2	Divulgação dos contratos celebrados em caso de urgência..... 755
<i>Parágrafo 2º</i>	
3	Divulgação dos contratos celebrados por inexigibilidade com profissional do setor artístico..... 755
<i>Parágrafo 3º</i>	
4	Publicização dos contratos de obras 756
Artigo 95	
1	Obrigatoriedade de celebração de contrato 757
<i>Parágrafo 1º</i>	
2	Os documentos substitutivos do contrato 758
<i>Parágrafo 2º</i>	
3	Nulidade do contrato verbal..... 759
Artigo 96	
1	A prestação de garantia pelo contratado 761
<i>Parágrafo 1º</i>	
2	Modalidades de garantia 762
<i>Inciso I</i>	
2.1	Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública 762
<i>Inciso II</i>	
2.2	O seguro-garantia 764
<i>Inciso III</i>	
2.3	Fiança bancária..... 765
2.4	Garantia de bens ou pessoas 765
<i>Parágrafo 2º</i>	
3	Suspensão do contrato por ordem da Administração 765
<i>Parágrafo 3º</i>	
4	Prazo para a prestação da garantia 765
Artigo 97	
1	Regras para o seguro-garantia 767
<i>Parágrafo único</i>	
2	Seguro-garantia nos contratos de execução continuada ou de fornecimento contínuo de bens e serviços 768

Artigo 98 e Parágrafo 1º	
1 Limites da garantia.....	769
Artigo 99	
1 Seguro-garantia nas contratações de obras e serviços de engenharia de grande vulto	770
Artigo 100	
1 Devolução da garantia	772
Artigo 101	
1 Garantia nos contratos que importem na entrega de bens pela Administração	773
Artigo 102	
1 A cláusula de retomada	774
<i>Parágrafo único</i>	
2 Disposições para o caso de inadimplemento do contratado	775
Artigo 103 e Parágrafos 1º a 3º	
1 A alocação de riscos nos contratos.....	776
<i>Parágrafos 4º e 5º</i>	
2 Definição do equilíbrio econômico-financeiro.....	779
<i>Parágrafo 6º</i>	
3 Adoção de métodos usualmente utilizados	780
Artigo 104	
1 Prerrogativas conferidas à Administração Pública	781
<i>Inciso I</i>	
1.1 Modificação unilateral do contrato administrativo.....	782
<i>Inciso II</i>	
1.2 Extinção unilateral do contrato administrativo.....	782
<i>Inciso III</i>	
1.3 Fiscalização da execução do contrato administrativo	783
<i>Inciso IV</i>	
1.4 Aplicação de penalidades pela inexecução do contrato administrativo	783
<i>Inciso V</i>	
1.5 Ocupação provisória de instalações	784
<i>Parágrafo 1º</i>	
2 Inalterabilidade das cláusulas econômico-financeiras e monetárias	784
<i>Parágrafo 2º</i>	
3 Revisão das cláusulas econômico-financeiras no caso de modificação unilateral	785
Artigo 105	
1 Duração dos contratos.....	786
Artigo 106 e Parágrafos 1º e 2º	
1 Duração dos serviços e fornecimentos contínuos.....	788
Artigo 107	
1 Prorrogação dos contratos de serviços e fornecimentos contínuos.....	791
Artigo 108	
1 Contratos com duração de até dez anos.....	793
Artigo 109	
1 Contrato com prazo indeterminado.....	795
Artigo 110 e Incisos I e II	
1 Prazos de duração dos contratos geradores de receita e de eficiência.....	796
Artigo 111 e Parágrafo único	
1 Prorrogação do prazo na contratação que previr a conclusão de escopo predefinido...	798
Artigo 112	
1 Prazos contratuais previstos em lei especial	799
Artigo 113	
1 Contrato firmado sob o regime de fornecimento e prestação de serviço associado.....	800
Artigo 114	
1 Contratos de operação continuada de sistemas estruturantes de tecnologia da informação	801
Artigo 115	
1 Obrigatoriedade da fiel execução do contrato	802

<i>Parágrafos 1º e 5º</i>	
2	Proibição do retardamento imotivado de obra ou serviço 803
<i>Parágrafo 4º</i>	
3	Obtenção da manifestação prévia ou licença prévia 804
<i>Parágrafos 6º e 7º</i>	
4	Divulgação do retardamento motivado de obra ou serviço 804
Artigo 116	
1	Manutenção da reserva de cargos para pessoa com deficiência 805
Artigo 117	
1	A fiscalização do contrato 806
<i>Parágrafo 1º</i>	
2	Tarefas e responsabilidades do fiscal 808
<i>Parágrafo 2º</i>	
3	Decisões que ultrapassem a competência do fiscal 809
<i>Parágrafo 3º</i>	
4	Apoio ao fiscal 809
<i>Parágrafo 4º</i>	
5	Regras para a contratação de terceiros 810
Artigo 118	
1	Manutenção de preposto por parte da contratada 811
Artigo 119	
1	Defeitos na execução do objeto 813
Artigo 120	
1	Responsabilização do contratado por danos 815
Artigo 121	
1	Responsabilidade pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais ... 816
<i>Parágrafo 1º</i>	
2	Não transferência da responsabilidade para a Administração 817
2.1	A responsabilidade trabalhista 817
<i>Parágrafo 2º</i>	
3	Responsabilidade solidária pelos encargos previdenciários e subsidiária pelos trabalhistas 821
<i>Parágrafos 3º e 4º</i>	
4	Asseguramento do cumprimento de obrigações trabalhistas 822
<i>Parágrafo 5º</i>	
5	Recolhimento das contribuições previdenciárias 823
Artigo 122 e Parágrafo 1º	
1	Subcontratação 824
1.1	A questão da “cessão do contrato” 825
1.2	Exigências para a subcontratação 826
2	Subcontratação compulsória de microempresas ou empresas de pequeno porte (inciso II do art. 48 da LC nº 123/2006) 826
<i>Parágrafo 2º</i>	
3	Regulamentação específica 827
<i>Parágrafo 3º</i>	
4	Vedação de subcontratação de pessoa física ou jurídica 827
Artigo 123 e Parágrafo único	
1	Decisão sobre todas as solicitações e reclamações 829
Artigo 124	
1	Alteração do contrato administrativo 831
<i>Inciso I</i>	
2	Alteração unilateral 831
2.1	Alteração do projeto ou especificações 831
2.2	Alteração para acréscimo ou diminuição quantitativa 832
<i>Inciso II</i>	
3	Alteração por acordo das partes 832
<i>Alínea ‘a’</i>	
3.1	Substituição da garantia de execução contratual 833

<i>Alínea 'b'</i>	
3.2	Modificação do regime de execução ou fornecimento 833
<i>Alínea 'c'</i>	
3.3	Modificação da forma de pagamento..... 833
<i>Alínea 'd' e Parágrafo 2º</i>	
3.4	Restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro 834
<i>Parágrafo 1º</i>	
4	Alterações por falhas de projeto..... 835
Artigo 125	
1	Limitação dos acréscimos ou supressões 836
Artigo 126	
1	Impossibilidade de transfiguração do objeto da contratação..... 837
Artigo 127	
1	Regras para fixação dos preços unitários 838
Artigo 128	
1	Vedação à redução em favor do contratado..... 839
Artigo 129	
1	Indenização do contratado 840
Artigo 130	
1	Reequilíbrio em face de alteração unilateral que altere os encargos do contratado 841
Artigo 131	
1	Extinção do contrato em óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro 842
Artigo 132	
1	Formalização do termo aditivo como condição para a execução..... 843
Artigo 133	
1	Vedação de alteração de valores contratuais nas contratações integrada e semi-integrada 844
Artigo 134	
1	Reequilíbrio em função de tributos ou encargos legais 846
Artigo 135 e parágrafos 1º e 2º	
1	Repactuação dos preços dos contratos para serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra 849
<i>Parágrafos 3º a 6º</i>	
2	Regras para a repactuação 850
Artigo 136	
1	Utilização de simples apostila..... 851
Artigo 137 e Parágrafo 1º	
1	Extinção do contrato..... 853
<i>Inciso I</i>	
1.1	Extinção contratual por descumprimento de normas do edital ou de cláusulas contratuais 855
<i>Inciso II</i>	
1.2	Extinção contratual por desatendimento de determinações regulares..... 856
<i>Inciso III</i>	
1.3	Extinção contratual devido à alteração social ou modificação da empresa..... 856
<i>Inciso IV</i>	
1.4	Extinção contratual em função de decretação de falência ou insolvência e dissolução da sociedade ou falecimento do contratado 856
1.4.1	Decretação de falência ou insolvência 857
1.4.2	Dissolução da sociedade ou falecimento do contratado..... 859
<i>Inciso V</i>	
1.5	Extinção contratual em função de caso fortuito ou de força maior..... 860
<i>Inciso VI</i>	
1.6	Extinção contratual por não obtenção de licença ambiental..... 860
<i>Inciso VII</i>	
1.7	Extinção contratual em função de atraso na liberação das áreas sujeitas à desapropriação, à desocupação ou à servidão administrativa 861

<i>Inciso VIII</i>		
1.8	Extinção contratual em função de razões de interesse público	862
<i>Inciso IX</i>		
1.9	Extinção contratual por não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos	862
<i>Parágrafo 2º</i>		
2	Direito do contratado de extinção do contrato	863
<i>Inciso I</i>		
2.1	Supressão de obras, serviços ou compras por ordem da Administração.....	863
<i>Inciso II</i>		
2.2	Suspensão da execução contratual por ordem da Administração	864
<i>Inciso III</i>		
2.3	Repetidas suspensões da execução contratual por ordem da Administração	864
<i>Inciso IV</i>		
2.4	Atraso no pagamento	864
<i>Inciso V</i>		
2.5	Não liberação de área por parte da Administração.....	865
<i>Parágrafo 3º</i>		
3	Regras específicas para os casos de extinção contratual	865
<i>Inciso I</i>		
3.1	Não admissão de extinção do contrato	865
<i>Inciso II</i>		
3.2	Asseguramento ao contratado de suspensão	866
<i>Parágrafo 4º</i>		
4	Notificação obrigatória aos emitentes das garantias	866
5	Garantia de ampla defesa e contraditório nos casos de rescisão	866
Artigo 138		
1	Modalidades de extinção do contrato administrativo.....	868
<i>Inciso I</i>		
2	Extinção contratual unilateral.....	868
<i>Inciso II</i>		
3	Extinção contratual consensual	869
<i>Inciso III</i>		
4	Extinção contratual por decisão arbitral ou judicial.....	871
4.1	Extinção contratual por decisão arbitral	871
4.2	Extinção contratual pela via judicial.....	874
<i>Parágrafo 1º</i>		
5	Forma escrita	874
<i>Parágrafo 2º</i>		
6	Extinção contratual por culpa exclusiva da Administração	875
Artigo 139		
1	Consequências da extinção.....	876
<i>Parágrafos 1º e 2º</i>		
2	Afastamento da solução de continuidade	877
Artigo 140 e Parágrafos 1º, 2º e 3º		
1	Recebimento do objeto contratual.....	879
<i>Parágrafo 4º</i>		
2	Responsabilidade pela qualidade do objeto.....	880
<i>Parágrafo 5º</i>		
3	Responsabilidade do projetista	880
<i>Parágrafo 6º</i>		
4	Responsabilidade civil	881
Artigo 141 e Parágrafos 1º e 2º		
1	Ordem cronológica dos pagamentos	883
<i>Parágrafo 3º</i>		
2	Disponibilização da ordem cronológica de pagamentos	884
Artigo 142		
1	Previsão de pagamento em conta vinculada ou pela efetiva comprovação do fato gerador	885

Artigo 143		
1	Pagamento de parcela incontroversa	886
Artigo 144 e Parágrafos 1º e 2º		
1	Remuneração variável.....	887
Artigo 145		
1	Proibição de pagamento antecipado	889
	<i>Parágrafo 1º</i>	
2	Exceção à regra	889
	<i>Parágrafo 2º</i>	
3	Garantia adicional como condição para o pagamento antecipado	890
	<i>Parágrafo 3º</i>	
4	Prevenção em face ao pagamento antecipado	891
Artigo 146		
1	Comunicação aos órgãos da administração tributária	892
Artigo 147 e Parágrafo único		
1	A declaração de nulidade do contrato	893
Artigo 148 e Parágrafos 1º e 2º		
1	Análise prévia do interesse público na declaração de nulidade.....	896
Artigo 149		
1	O dever de indenizar.....	897
Artigo 150		
1	A caracterização objeto da contratação e a indicação dos créditos orçamentários	899
2	A observação da Lei de Responsabilidade Fiscal.....	899
Artigo 151 e Parágrafo único		
1	Meios alternativos de prevenção e resolução de controvérsias	901
Artigo 152		
1	Arbitragem de direito e observando o princípio da publicidade	907
Artigo 153		
1	Permissão da adoção dos meios alternativos de resolução de controvérsias por aditamento	908
Artigo 154		
1	A escolha dos árbitros, dos colegiados arbitrais e dos comitês de resolução de disputas	909
Artigo 155		
1	Infrações administrativas	910
Artigo 156		
1	Sanções administrativas	916
	<i>Inciso I</i>	
1.1	Advertência.....	917
	<i>Inciso II</i>	
1.2	Multa	918
	<i>Inciso III</i>	
1.3	Impedimento de licitar e contratar	919
	<i>Inciso IV</i>	
1.4	Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar	919
	<i>Parágrafo 1º</i>	
2	Estabelecimento de mecanismos para garantir a justiça nas sanções.....	919
	<i>Parágrafos 2º a 5º</i>	
3	Correlação das sanções com as infrações	920
	<i>Parágrafo 6º</i>	
4	Competência para aplicação da sanção de inidoneidade para licitar ou contratar	921
	<i>Parágrafo 7º</i>	
5	Aplicação cumulativa de sanções.....	922
	<i>Parágrafo 8º</i>	
6	Multa superior ao valor do pagamento devido pela Administração ao contratado	922
	<i>Parágrafo 9º</i>	
7	Reparação integral dos danos causados	922

Artigo 157		
1	Defesa no caso de aplicação multa	923
Artigo 158 e parágrafo 1º		
1	Processo de responsabilização no caso das sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade	924
	<i>Parágrafos 2º e 3º</i>	
2	Processo de responsabilização	925
	<i>Parágrafo 4º</i>	
3	Prescrição	925
Artigo 159		
1	Apuração e julgamento conjuntos de atos infracionais das leis licitatórias e da Lei Anticorrupção	927
Artigo 160		
1	Desconsideração da personalidade jurídica	928
Artigo 161 e Parágrafo único		
1	Atualização de dados relativos às sanções aplicadas pelos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário de todos os entes federativos	933
Artigo 162 e Parágrafo único		
1	Multa de mora	934
Artigo 163 e Parágrafo Único		
1	Reabilitação do licitante ou contratado	936
Artigo 164		
1	Impugnação do edital licitatório	938
Artigo 165		
1	O direito de petição	940
	<i>Inciso I</i>	
1.1	Recurso administrativo	941
	<i>Inciso II</i>	
1.2	Reconsideração	941
	<i>Parágrafo 1º</i>	
2	Recurso administrativo devido em virtude do julgamento das propostas ou do ato de habilitação ou inabilitação	942
	<i>Parágrafos 2º a 5º</i>	
3	Trâmite do recurso	942
Artigo 166 e Parágrafo único		
1	Recurso em face de sanções aplicadas	944
Artigo 167		
1	Pedido de reconsideração pena de declaração de inidoneidade para licitar	945
Artigo 168 e Parágrafo único		
1	Recursos e pedidos de reconsideração terão efeito suspensivo	946
Artigo 169		
1	Controle nas licitações	949
Artigo 170 e Parágrafos 1, 2º e 3º		
1	Conduta dos órgãos de controle	951
	<i>Parágrafo 4º</i>	
2	Representação junto aos órgãos de controle interno ou ao tribunal de contas competente	952
2.1	O controle interno	952
2.2	O controle externo	953
Artigo 171		
1	Condutas fiscalizatórias	958
	<i>Parágrafos 1º e 3º</i>	
2	Suspensão cautelar do processo licitatório	958
	<i>Parágrafos 2º e 4º</i>	
3	Procedimentos do órgão ou entidade ao ser intimado da ordem de suspensão cautelar	960
Artigo 173		
1	Capacitação dos servidores e empregados públicos	961

Artigo 174 e Incisos I e II	
1	Criação do Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP)..... 964
<i>Parágrafos 1º a 4º</i>	
2	Normas sobre Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) 966
Artigo 175 e Parágrafo 1º	
1	Instituição de sítios eletrônicos próprios pelos entes federativos 969
<i>Parágrafo 2º</i>	
2	Divulgação de informações complementares pelos municípios..... 969
Artigo 176 e Parágrafo 1º	
1	Prazo de adaptação para pequenos municípios..... 971
Artigo 177	
1	Alteração do art. 1.048 do Código de Processo Civil 973
Artigo 178	
1	Alteração do Código Penal (Decreto-Lei nº 2.848/1940)..... 977
2	Art. 337-E – Admitir, possibilitar ou dar causa à contratação direta fora das hipóteses previstas em lei..... 978
2.1	Condutas puníveis 978
2.2	Objetividade jurídica 979
2.3	Pena 979
3	Art. 337-F – Frustrar ou fraudar o caráter competitivo da licitação..... 979
3.1	Condutas puníveis 980
3.2	Objetividade jurídica 981
3.3	Pena 981
4	Art. 337-G – Patrocinar interesse privado perante a Administração 981
4.1	Conduta punível 982
4.2	Objetividade jurídica 984
4.3	Pena 984
5	Art. 337-H – Permitir qualquer modificação ou vantagem imprópria, em favor do contratado, durante a execução de contrato 984
5.1	Condutas puníveis 985
5.2	Objetividade jurídica 987
5.3	Pena 987
6	Art. 337-I – Impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato licitatório 987
6.1	Condutas puníveis 988
6.2	Objetividade jurídica 989
6.3	Pena 989
7	Art. 337-J – Devassar o sigilo de proposta apresentada na licitação ou proporcionar a terceiro a possibilidade de devassá-lo 989
7.1	Condutas puníveis 990
7.2	Objetividade jurídica 990
7.3	Pena 990
8	Art. 337-K – Afastar ou tentar afastar licitante usando violência ou oferecendo vantagem..... 991
8.1	Condutas puníveis 991
8.2	Objetividade jurídica 992
8.3	Pena 993
9	Art. 337-L – Fraudar, com prejuízo para a Administração Pública, licitação instaurada para aquisição de bens ou prestação de serviços..... 993
9.1	Condutas puníveis 993
9.1.1	Entrega ou prestação com qualidade ou em quantidade diversa das previstas no edital ou nos instrumentos contratuais 993
9.1.2	Fornecimento, como verdadeira ou perfeita, de mercadoria falsificada, deteriorada, inservível para consumo ou com prazo de validade vencido 993
9.1.3	Entrega de uma mercadoria por outra 994
9.1.4	Alteração da substância, qualidade ou quantidade 994
9.1.5	Tornar mais onerosa a proposta de preços ou a execução contratual usando fraude ... 994
9.2	Objetividade jurídica 995
9.3	Pena 995
10	Art. 337-M – Admitir à licitação ou celebrar contrato com empresa ou profissional declarado inidôneo..... 995
10.1	Condutas puníveis 995

10.2	Objetividade jurídica	995
10.3	Pena	996
11	Art. 337-N – Obstar, impedir ou dificultar, injustamente, a inscrição de qualquer interessado nos registros cadastrais ou promover indevidamente a alteração, a suspensão ou o cancelamento de registro do inscrito	996
11.1	Condutas puníveis	997
11.2	Objetividade jurídica	998
11.3	Pena	998
12	Art. 337-O – Omitir, modificar ou entregar à Administração levantamento cadastral ou condição de contorno em relevante dissonância com a realidade, em frustração ao caráter competitivo da licitação ou em detrimento da seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, em contratação para a elaboração de projeto básico, projeto executivo ou anteprojeto, em diálogo competitivo ou em procedimento de manifestação de interesse	998
12.1	Condutas puníveis	999
12.2	Objetividade jurídica	999
12.3	Pena	999
13	Art. 337-P. A pena de multa cominada aos crimes previstos neste Capítulo seguirá a metodologia de cálculo prevista neste Código e não poderá ser inferior a 2% (dois por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta.....	999
Artigo 179		
1	Alteração da Lei de concessões e permissões da prestação de serviços públicos (Lei nº 8.987/1995).....	1000
Artigo 180		
1	Alteração da Lei de Parcerias Público-Privadas (Lei nº 11.079/2004)	1001
Artigo 181		
1	Instituição de centrais de compras.....	1002
<i>Parágrafo único</i>		
2	Constituição de consórcios públicos para criação das centrais de compras.....	1003
Artigo 182		
1	Atualização dos valores fixados na lei.....	1005
Artigo 183 e Parágrafo 3º		
1	Contagem de prazo	1006
<i>Parágrafo 1º</i>		
2	Dia de início da contagem do prazo.....	1006
<i>Parágrafo 2º</i>		
3	Prorrogação do prazo.....	1007
Artigo 184		
1	Aplicação das regras da Nova Lei aos convênios administrativos e outros ajustes.....	1008
Artigo 185		
1	Aplicação das regras do Código Penal às licitações e contratos das Estatais	1009
Artigo 186		
1	Aplicação subsidiária.....	1010
Artigo 187		
1	Aplicação dos regulamentos da União por estados, municípios e Distrito Federal.....	1011
Artigo 189		
1	Aplicação da Lei nº 14.133/2021 às normas que mencionam as leis revogadas.....	1012
Artigo 190		
1	Conflito intertemporal	1013
Artigo 191 e Parágrafo 1º		
1	Opção de a Administração adotar a Nova Lei ou leis anteriores	1014
Artigo 192		
1	Contratos de imóveis do patrimônio da União	1015
Artigos 193 e 194		
1	Revogação de leis e entrada em vigor da Nova Lei.....	1016
<i>Inciso I</i>		
2	Revogação dos artigos 89 a 108 da Lei nº 8.666/1993	1016
<i>Inciso II</i>		
2	<i>Vacatio legis</i> enviesado	1016
REFERÊNCIAS.....		1019